

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO RIO GRANDE DO SUL

A ORIGEM DA CONTABILIDADE NO
RIO GRANDE DO SUL: PRIMEIRAS
EVIDÊNCIAS, FORTALECIMENTO
E CONSOLIDAÇÃO

MARCO AURÉLIO GOMES BARBOSA

ERNANI OTT

PORTO ALEGRE - MAIO/2013

Editor:

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO
GRANDE DO SUL**

Rua Baronesa do Gravataí, 471

90160-070 - Porto Alegre - RS

Fone: (51) 3254-9400

E-mail: crcrs@crcrs.org.br

Internet: www.crcrs.org.br

Coordenação-geral:

Contador Zulmir Breda – Presidente do CRCRS

Supervisão:

Márcia Bohrer Ibañez

Tiragem:

3.000 exemplares

Autores:

Marco Aurélio Gomes Barbosa e Ernani Ott

Distribuição gratuita. Proibida a venda.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Este livro foi impresso com papel de florestas certificadas.

APRESENTAÇÃO

Colega:

Esta publicação tem o objetivo de resgatar os primórdios da Contabilidade em nosso Estado. Trata-se de uma pesquisa que busca extrair da história do Brasil e do Rio Grande do Sul a participação da Ciência Contábil no desenvolvimento social e econômico, além de traçar um paralelo entre as práticas profissionais e o ensino.

Esta é mais uma publicação do Programa de Fiscalização Preventiva – Educação Continuada deste CRCRS, que é oferecida gratuitamente à Classe Contábil gaúcha, disponível também na versão eletrônica, em que é possível a consulta e/ou *download*, por intermédio da página do CRCRS.

Por se tratar de uma relevante pesquisa, escolhemos a XIV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, evento tradicional que é promovido pelo CRCRS, para seu lançamento oficial e para que fique registrado na história desta Casa.

Nossos sinceros agradecimentos aos autores, Contadores Marco Aurélio Gomes Barbosa e Dr. Ernani Ott pela cedência deste material para publicação.

Contador ZULMIR BREDA

Presidente – Gestão 2012/2013

APRESENTAÇÃO

No ano de 2008, na disciplina Teoria da Contabilidade do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, estudava-se e se discutia acerca da origem da Contabilidade no mundo e no Brasil.

As referências disponíveis para estudo descreviam a sua origem no Oriente, o seu fortalecimento na Europa, em especial na Itália, e sua consolidação pelo mundo por meio de suas mais variadas correntes do pensamento.

Ao focar na história brasileira, basicamente, tinha-se a percepção de que tudo ocorria nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, com alguns pequenos esforços em determinados Estados do Nordeste. E no Rio Grande do Sul? Será que não houve algum fato relevante que tenha contribuído para a história da Contabilidade no país? Essa inquietação motivou – e ainda motiva – a pesquisa em busca de identificar e descrever fatos e acontecimentos que moldaram a história da Contabilidade em solo gaúcho.

Inicialmente, em 2009, fez-se um registro da história do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS –, que naquele ano completava 100 anos de criação, ainda como Escola de Comércio de Porto Alegre. Porém, a grande quantidade de evidências e a inter-relação das constatações levaram o estudo para um caminho muito maior.

Na obra que aqui se apresenta, faz-se um relato das mais antigas evidências encontradas sobre as práticas e regulação profissional, bem como do ensino da Contabilidade no Estado, pautado em instituições e em algumas poucas personalidades marcantes.

Outras tantas personalidades da Contabilidade no Rio Grande do Sul foram identificadas, algumas já devidamente estudadas, outras em processo de estudo e, com certeza, uma grande quantidade ainda a ser identificada e suas contribuições evidenciadas. Na busca por evidências, pesquisou-se em diversas obras e periódicos a partir de 1850. Para a melhor preservação da mensagem original e da riqueza no detalhamento das informações, o

leitor identificará uma série de citações escritas de forma muito diferente da grafia da língua portuguesa atual.

Em uma pesquisa histórica, ainda mais com um objeto tão específico, encontra-se uma série de limitações. Dentre estas, as mais significativas são a falta de preservação da memória e da informação e o desdém com a própria cultura.

Mesmo identificando essas limitações, existem instituições e pessoas que, verdadeiramente, se preocupam em preservar o passado. Dentre estas, registra-se um especial agradecimento ao setor de imprensa do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa; ao Jornal Correio do Povo; ao setor de obras raras da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; à Associação Comercial de Porto Alegre; ao setor de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; ao Centro de Cultura do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul; à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e ao Sr. Hélio Moro, da Escola Mauá.

Os autores deste trabalho têm plena consciência de que os elementos expostos não esgotam este tema palpitante, mesmo que em âmbito regional, pois, devido ao seu custo de elaboração e à dimensão do escopo, foram escolhidas algumas regiões para o aprofundamento da pesquisa. Esperam que outros pesquisadores contribuam para que se tenha uma obra mais completa, estudando e publicando acerca de fatos envolvendo a trajetória da Contabilidade em suas cidades ou regiões.

Os autores esperam, também, que, ao final desta obra, o leitor tenha sua própria convicção sobre o processo de construção e sobre a relevância da Contabilidade no Rio Grande do Sul, e que possam ter contribuído para a formação da cultura contábil brasileira.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS.....	16
2.1 Sebastião Ferreira Soares.....	17
2.1.1 Manuscritos.....	20
2.1.2 Impressos.....	23
2.2 Collégio Emulação.....	24
3 FORTALECIMENTO.....	27
3.1 Club Caixeiral Porto-Alegrense.....	28
3.2 Club de Guarda-Livros de Porto Alegre.....	34
3.3 Collégio Rio-Grandense e Colégio Ivo Affonso Corseuil.....	40
3.4 Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre e Escola Mauá.....	46
4 CONSOLIDAÇÃO.....	55
4.1 Escola de Comércio de Porto Alegre.....	55
4.2 Instituto Rio Grandense de Contabilidade.....	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
6 REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, enquanto ciência, se encontra capilarizada nos mais variados segmentos da sociedade organizada, e o seu caráter social pode ser percebido no controle e na gestão dos patrimônios públicos e privados, que representam o seu objeto, a sua essência.

No Rio Grande do Sul, o surgimento da Contabilidade acompanha a lógica dos desenvolvimentos social, econômico e político do país, e sua origem é marcada por dois elementos distintos, porém indissociáveis: as práticas profissionais e o ensino formal.

Inegavelmente, porém, muito distante para se documentar, os primeiros profissionais contábeis denominados de guarda-livros que se fizeram presentes na região haviam sido enviados pelo governo português logo no começo de suas atividades militares na nova terra.

A condição de se apresentar profissionais capacitados para a área financeira estava muito aquém de nobres motivos. Na verdade, esses profissionais buscavam garantir para a Coroa a arrecadação de tributos sobre os produtos transacionados. Tão antigas quanto as Capitâneas Hereditárias são as tentativas de normatizar e, por que não, moralizar a arrecadação fiscal. Porém, mesmo esses profissionais necessitavam de formação para se tornarem efetivamente capazes de labutar em prol dos interesses superiores.

Para melhor compreender a construção dos saberes profissionais em Contabilidade, deve-se entender o próprio processo de ensino que deu origem à atual condição profissional, visto que a formação é fruto de uma longa construção intelectual (LEITE, 2005).

O surgimento do ensino contábil no Brasil passa pela criação da Escola de Comércio de Lisboa, em 1759, pelo crescimento do comércio no começo do século XIX e pela legislação, principalmente a partir de 1808.

O início da instrução brasileira deve-se à Ordem da Companhia de Jesus, formada pelos Jesuítas. Recém-descoberto pelos portugueses, o país

apresentava dificuldades logísticas, sendo necessária, além da educação, a catequização dos índios. Daí a justificativa para cinco décadas de total descaso. Partindo desse cenário, o governo português optou por confiar a uma ordem religiosa o começo da instrução no Brasil.

Xavier (2003) menciona que os Jesuítas baseavam sua educação na vigilância amorosa, na direção espiritual e na organização do tempo e espaço, sendo contrários à figura do mestre e seus castigos. Os ensinamentos centravam-se em gramática, humanidades e retórica, além de um curso elementar para a alfabetização e o ensino da doutrina na fé católica.

Nesse período, muito pouco se sabe sobre a existência do ensino contábil. Lopes de Sá (2008) relata a chegada na Bahia em 1º de janeiro de 1549 do Sr. Caspar Lamego, primeiro contador do Brasil, e, em 21 de maio do mesmo ano, de Bastião de Almeida, nomeado Guarda dos Livros das Casas da Fazenda e dos Contos e Alfândega.

O Rei Dom José nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para o cargo de Primeiro-Ministro entre 1750 e 1777, e no denominado período pombalino, tem início a instrução comercial em Portugal e, conseqüentemente, em suas colônias. O Marquês de Pombal promoveu, também, mudanças na estrutura cultural de Portugal e de suas colônias, remodelando a Universidade de Coimbra, criando as aulas régias e, a mais significativa, expulsando os Jesuítas de todos os territórios sob domínio português.

A expulsão dos Jesuítas deveu-se à crença de que o ensino promovido por eles era demasiadamente humanístico, não contemplando as ciências promotoras do desenvolvimento do país, deixando Portugal cientificamente atrasado, principalmente em relação à Inglaterra e à França (XAVIER, 2003).

Dando continuidade a essas mudanças, é criada em Portugal, pelo Alvará de 19 de maio de 1759, a primeira Escola de Comércio, com o claro objetivo de

fortalecer o país e promover sua independência, criando empresas e aumentando os conhecimentos das técnicas comerciais dos comerciantes e empresários.

O interessado em matricular-se deveria ter, no mínimo, quatorze anos e, preferencialmente, ser filho de comerciante. O ingresso no curso dava-se mediante um exame em que o candidato deveria provar saber ler, escrever e contar bem, e o ensino fundamentava-se na aritmética, tida como a base do comércio, nos câmbios, pesos e medidas, nos seguros e na escrituração por partidas dobradas, que era a última parte do curso.

A importância do comércio motiva o Rei Dom José a publicar um documento denominado Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, na qual consta que, “[...] por ser o Comércio muito mais digno da atenção e do cuidado do Governo Supremo, do que os pleitos judiciais e as Fábricas Cíveis e Mecânicas; [...] que todos os mercadores fossem assentados e matriculados em um Livro Grande, formado para os ditos assentos e matrícula”.

Esse documento representa a criação das Juntas Comerciais, onde o Rei, além de ressaltar a importância do comércio, fazia clara referência à necessidade de registro dos Guarda-Livros, dos Caixeiros, dos Praticantes Portugueses das Casas de Negócios e das Corporações, Sociedades Públicas ou Particulares. O profissional que não se registrasse na Junta do Comércio perderia o direito ao exercício de sua atividade.

Em Porto Alegre, devido à necessidade de controle do comércio, é criada, em 1753, a Provedoria Real. Já, em 1804, quando havia em torno de quatro mil moradores, instala-se a Alfândega, na então Praça da Quitanda, hoje Praça da Alfândega, por ordem da Carta Régia de 4 de julho de 1800, tendo como seu primeiro Juiz o Doutor José Feliciano Pinheiro, que se tornaria, posteriormente, presidente da Província de São Leopoldo (FRANCO, 2006).

A seguir, tem lugar o denominado Período Joanino, caracterizado pela chegada, em 1808, da Família Real Portuguesa com o então Rei de Portugal Dom João VI. Nessa época, identifica-se um dos primeiros avanços em

relação ao ensino contábil no país, mediante a publicação de um alvará que determinava o uso do sistema contábil por partidas dobradas na escrituração mercantil pelos Contadores Gerais da Real Fazenda.

Após a exigência de utilização das partidas dobradas pelos servidores do Rei, surge a necessidade de qualificação dos profissionais. Para amenizar os efeitos da falta de profissionais para o atendimento à nova demanda, Dom João VI publica o Alvará de 15 de julho de 1809, que cria a Aula de Comércio na Corte do Rio de Janeiro e na Academia Militar. Essas aulas estavam sujeitas ao Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, por meio do Lente José Antonio Lisboa.

Já no período imperial, as aulas de comércio do Rio de Janeiro são modificadas pelo Decreto nº 1763, de 14 de maio de 1856, formando o Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Segundo esse Decreto, o conteúdo passa a ser distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil (PELEIAS, 2007).

Ainda no período imperial, Porto Alegre e região começam a desenvolver seu comércio. O centro deste desenvolvimento dava-se na antiga Rua da Praia e arredores devido, em especial, à localização da alfândega na principal praça daquela região. Este crescimento era motivado, fundamentalmente, por seu posicionamento geográfico estratégico. Segundo Franco (1983, p.20),

[...] Porto Alegre era o empório de todo o centro e o norte da província, em sua porção ocupada. Muito pouco se havia conquistado ao índio e ao sertão. Mas, ao longo do Jacuí, do baixo Taquari e do Vacacaí, o povoamento estava consolidado. As canoas cobertas alcançavam Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. De Rio Pardo, as carretas, em passo lento, mas seguro, alcançavam Cachoeira e Santa Maria, a Fronteira Oeste e Missões. Também de carreta ou de lombo de muares, desciam para a capital os produtos de

Santo Antonio da Patrulha, da Aldeia dos Anjos (Gravata) e de Viamão, levando em troca as novidades trazidas pelos negociantes da Rua da Praia.

Da mesma forma que o crescimento comercial motivou as primeiras publicações contábeis e o seu desenvolvimento no norte da Itália a partir do século XV, o crescimento comercial no Rio Grande do Sul também fomentou o desenvolvimento das práticas contábeis.

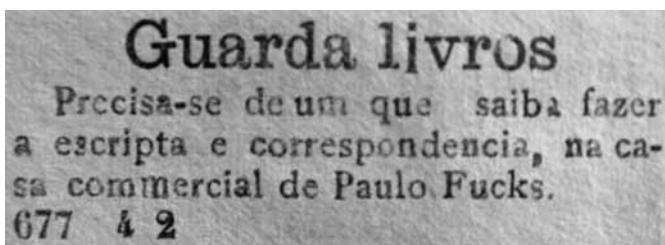
A profissão de guarda-livros estava ligada diretamente às funções do comércio desde a publicação da Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, quando os guarda-livros deveriam registrar-se na Junta do Comércio.

A importância desse profissional para o comércio e seus proprietários é exposta por Guimarães (2006, p.7):

O commerciante compra ao industrial e vende ao consumidor; o industrial produz para vender ao negociante; o consumidor compra a este o que precisa para a sua manutenção. Este giro constante de producções, esta troca continua de coisas, não está, na rigorosa expressão de phrase, a cargo do industrial, do commerciante ou do consumidor. Aquelle dirige, o segundo é o intermediário, e este gasta, mas a operação, o resultado d'ella, o lucro ou prejuízo, de cada um e de todos tres, está exclusivamente a cargo do guarda-livros.

Elle recebe do industrial a nota dos dispendios feitos com o operario, com o machinismo, com a materia prima: compara as despesas com o resultado obtido e diz ao industrial quanto ganhou ou quanto perdeu. O commerciante diz ao seu guarda-livros por quanto comprou e por quanto vendeu, e este diz-lhe quanto ganhou ou quanto perdeu. E o próprio consumidor, se quer ter a sua casa bem governada precisa também de ter um guarda-livros ou de o ser – o que é o mesmo.

A pujança do comércio e a ligação direta da função de guarda-livros às práticas comerciais tornaram necessárias a formação e a qualificação de profissionais para, principalmente, elaborar a escrituração mercantil, como consta no anúncio de emprego para guarda-livros publicado em jornal de Porto Alegre, em 1894.



Fonte: A Reforma, 10 de fevereiro de 1894.

Nessas condições, não há como não associar a origem da Contabilidade gaúcha às atividades comerciais. Essa condição serve para enaltecer ainda mais a relevância de suas práticas para o controle patrimonial, visto que o comércio representava a grande força motriz para a economia da época.

É nesse cenário de pujança que a Contabilidade no Rio Grande do Sul cresce e se consolida, tornando o Estado um dos precursores da excelência profissional contábil brasileira.

Para analisar a sua evolução, parte-se de três fases distintas, apresentadas a seguir, as quais são exploradas nos demais capítulos desta obra.

Evolução da Contabilidade no Rio Grande do Sul

› Primeiras Evidências (1850-1870)	› - Sebastião Ferreira Soares › - Collégio Emulação
› Fortalecimento (1880-1909)	› - Club Caixeiral Porto-Alegrense › - Club de Guarda-Livros de Porto Alegre › - Collégio Rio-Grandense › - Colégio Ivo Affonso Corseuil › - Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre › - Escola Mauá
› Consolidação (a partir de 1909)	› - Escola de Commércio de Porto Alegre › - Instituto Rio Grandense de Contabilidade

2 PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS

Neste capítulo, são apresentadas as mais remotas evidências sobre as práticas contábeis e seu aprendizado. Estas informações, extraídas de periódicos da segunda metade do século XIX, servem para evidenciar o que ocorria à época no Rio Grande do Sul, em especial em Porto Alegre e região.

Infelizmente, a origem dos primeiros profissionais do Estado não se encontra documentada. Mas, com o respaldo de uma série de evidências, pode-se determinar algumas possibilidades de sua origem.

A primeira destas possíveis evidências remonta à necessidade de controle do erário público. Nesse contexto, os direitos da Coroa Portuguesa sobre o que aqui era produzido ou comercializado, principalmente com um comércio mais desenvolvido, centravam-se nas atividades dos Guarda-Livros da Corte e dos militares que faziam a proteção do Porto dos Casais. Foram nas casas fazendárias, denominadas, em alguns lugares, de Casa dos Contos, e nas repartições militares que os primeiros auxiliares da Contabilidade foram formados. Dadas a necessidade de controle e a escassez de condições de desenvolvimento de um ensino formal, esses órgãos foram os primeiros a ofertar ensino prático de Contabilidade no Rio Grande do Sul.

Essa condição de proporcionar um ensino prático e não acadêmico aos aspirantes a Guarda-Livros desde os primórdios do surgimento da profissão no Estado e no Brasil reflete hodiernamente na condição da formação de diversos profissionais. Inegavelmente, o profissional contábil possui sua raiz no saber fazer.

O crescimento comercial não se concentrava exclusivamente na atual Região Metropolitana, sendo verificado também em outras regiões do Estado, principalmente no Sul, nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Rio Grande apresentava um comércio desenvolvido concomitantemente ao de Porto Alegre, principalmente por essa cidade ter o único porto marítimo da região. Em jornais como O Athleta, A Federação e A Reforma, diversos artigos são apresentados sobre esta região.

A cidade de Rio Grande apresentava, ainda, um desenvolvimento comercial superior ao de Porto Alegre no período correspondente à Revolução Farroupilha (1835-1845), quando a capital gaúcha esteve sitiada por trincheiras. Além disso, Porto Alegre era ligada por via férrea a cidades como Bagé e Santa Maria, o que deslocava o comércio da Capital para esta região (FRANCO, 1983).

Pelotas também apresentava um comércio desenvolvido, principalmente na comercialização de charque. Além disso, em 1902, houve a criação da Academia de Comércio de Pelotas, que, em 1916, passou a ser denominada de Escola de Comércio de Pelotas.

2.1 SEBASTIÃO FERREIRA SOARES

Uma das primeiras grandes contribuições à Contabilidade brasileira foi promovida por um gaúcho de Piratini, chamado Sebastião Ferreira Soares. Nascido em 21 de abril de 1820, filho de Francisco Ferreira Soares e Francisca Tertuliana da Costa, estudou humanidades na sua terra natal e, ainda muito jovem, concluiu o curso de Ciências Físico-Matemáticas na Escola Militar.



Sebastião Ferreira Soares
Fonte: Revista Brasileira de
Estatística (1945).

Formando-se na Escola Militar da Corte, retornou a Porto Alegre para alistar-se nas forças imperiais onde, durante a revolta de 1839, serviu como segundo-tenente no Corpo de Engenheiros. Após o término da revolta, ingressou, por concurso público, na Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul, onde, depois de diversas promoções, chegou ao cargo de chefe de seção (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998).

Em 1845, retomou, por ordem de Caxias, à organização dos trabalhos estatísticos da Província Sul-rio-grandense. A partir de 1848, dedicou-se com afinco ao controle das finanças públicas, por meio de levantamentos estatísticos.

O trabalho de Sebastião Ferreira Soares representou um salto de qualidade nas informações, principalmente para o Império. Dada a inexistência, à época, de profissionais com a sua qualificação, foi convidado a trabalhar na Corte, conforme consta na Revista Brasileira de Estatística (1945, p.421).

Sua extraordinária capacidade de trabalho, aliada a uma invulgar dedicação, recomendava-o para novos e mais importantes empreendimentos. Transferido, em 1852, para o Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, aí encontra o clima adequado para a plena expansão de suas possibilidades de organizador. Dedicando-se com mais intensidade aos estudos econômicos, estatísticos e financeiros, cedo se tornou uma autoridade conhecida e acatada nas diferentes questões relacionadas com êsses três ramos do saber.

Ainda em Porto Alegre, no ano de 1852, Sebastião Ferreira Soares publica, pela Typographia do Correio de Pomatelli, o livro *Tratado de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas Aplicado às Finanças do Brasil*, contendo 69 páginas.

A publicação desta obra sucede a imposição do uso da escrituração contábil e do levantamento anual de balanços pelo Código Comercial de 1850 e, ainda segundo o próprio autor, seu livro possui caráter inédito, ao propor um método de contabilização para a Contabilidade pública brasileira.

Em suas próprias palavras, Sebastião Ferreira Soares afirma que (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998, p.29)

[...] faço a applicação dos preceitos e regras do systema Mercantil a nossa Contabilidade fiscal, dando-lhes uma nova formula; e não me consta que, alem de um resumido opusculo que escrevi e publiquei em 1850 na Cidade de Porto Alegre, se tenha no Brasil escripto sobre este importante assumpto.

Pode-se constatar, a partir dessa informação, que, antes mesmo da publicação de seu livro sobre o sistema de partidas dobradas, Sebastião Ferreira Soares já havia elaborado um manuscrito resumido sobre esse mesmo tema, em 1850, fruto provável de sua experiência à frente da Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Outro fato relevante é a utilização do termo “Contabilidade fiscal”, até então pouco difundido nas publicações de sua época.

Ainda em relação à Contabilidade, atribuem-se a esse profissional os planos de reforma do Tesouro Nacional e da reorganização das Tesourarias da Fazenda. Foi, também, um dos fundadores do Club de Guarda-Livros do Rio de Janeiro e o primeiro auditor do Brasil.

Em seu relatório denominado de “Histórico da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba e analyse crítica e economica dos negócios d’esta companhia”, publicado pela Typographia Nacional em 1861, há o registro da realização de uma minuciosa auditoria nos anos de 1855 a 1860, sobre a qual Sebastião Ferreira Soares assim se posiciona:

No Diário e Copiador de Cartas da administração Pacheco se acham revestidas todas as formalidades determinadas no art. 18 de Código Commercial.

O Diário está escriturado segundo o sistema das partidas dobradas e em ordem cronológica sem intervalos em branco, raspaduras ou emendas que alterem a verdade dos fatos.

Segundo o sistema adotado pelo Guarda-Livros que organizou a escrituração da Companhia, os livros que existem eram os suficientes; mas conforme minha opinião seria muito mais conveniente para a clareza das transações da empresa que ao menos houvesse em cada estação, agência ou barreira um livro de receita e despesa própria, bem como um livro de contas correntes geral na estação central onde cada responsável à mesma Companhia tivesse aberta a sua conta individual. Contudo somente com os livros atuais preencheu o Guarda-Livros da Companhia o determinado nos estatutos, que deixarão isso ao arbítrio da gerência.

Essa auditoria foi feita a pedido do Imperador brasileiro devido à desconfiança do governante em relação à lisura da construção. Graças ao seu grande conhecimento e capacidade intelectual, Sebastião Ferreira Soares era membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, onde, por diversas vezes, teve a oportunidade de se dirigir diretamente ao Imperador.

A obra de Sebastião Ferreira Soares representa a visão de um homem com profundos conhecimentos em filosofia, latim, francês, inglês, Contabilidade, estatística, matemática, economia, finanças, comércio, administração, agricultura, história, política e estética.

A seguir, são apresentadas as obras de caráter múltiplo deste autor, divididas em manuscritos e impressos.

2.1.1 Manuscritos:

- Bosquejo Financial ou Apontamentos sobre o Systema Fiscal-administrativo do Império do Brazil.
- Estatística: Systema theorico e pratico desta Sciencia social, moral e política (1870).

- Estatística: Systema theorico e Pratico deste ramo das Sciencias sociais, moraes e políticas.
- Estatística: Theoria e demonstração dos Factos sociaes.
- Estudo Financial ou Analyse das Rendas e das Despezaz do Imperio do Brazil desde 1822 até 1875.
- Estudos financiaes applicados ao Imperio do Brasil.
- Finanças ou Estudos históricos e analyticos sobre as Rendas e Despesas publicas do Imperio do Brasil.
- Máximas.
- Projecto de reorganisação das Thesourarias de Fazenda.
- Projecto de reorganisação do Thesouro Nacional.
- Recreação brasileira, scientifica e moral dedicada á mocidade de ambos os sexos.
- Traducção do Anglo-Brazilian Times, de 22 de junho de 1874: Estatística do Commercio Maritimo do Brasil de 1869-1870, organizada pela Comissão dirigida pelo Sr Sebastião Ferreira Soares.
- Demonstrativo da receita e despesa da província do Rio Grande do Sul, nos anos de 1845 a 1851 (1852).
- Sustentação das Reformas do Thesouro e Thesourarias e do Systema geral da Contabilidade fiscal (1853).
- Breves considerações sobre a revolução de 20 de setembro de 1835, acontecida na província de São Pedro do Sul ou analyse critica e imparcial de carta official e itinerário militar do ex-intitulado Ministro da Guerra, o dissidente Manuel Lucas de Oliveira, datadas de 3 de maio de 1844, e dirigidas ao exmo. Conselheiro Manuel Antonio Galvão (1854).

- Plano de reforma da Contabilidade do Thesouro Nacional (1854).
- Bosquejo Financial ou Apontamentos sobre o Systema Fiscal e Administrativo do Imperio do Brazil (1856-1857).
- Estatistica nacional da Navegação de Cabotagem (1871).
- Memoria estatística do Commercio de longo curso e de cabotagem da Cidade de Santos da Provincia de São Paulo (1871).
- Carta dirigida ao Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda, expondo o estado em que se achão os trabalhos da Estatistica do Commercio Maritimo do Imperio que forão mandados organizar sob a minha immediata direcção (1872).
- Estudo sobre a administração dos Estados (1872-1873).
- Estatistica do Commercio e Navegação (1873).
- Systema para a impressão da Estatistica do Commercio Maritimo do Brazil (1873).
- Estatistica Synthetica do Commercio Maritimo do Imperio do Brazil (1875-1876).
- As Finanças ou Estudos históricos e analyticos sobre as Rendas e Despesas publicas do Imperio do Brazil – 2º volume (1876).
- Finanças ou Estudos historicos e analyticos sobre as Rendas e Despesas Publicas e sobre as Operações de Credito e Systema Monetario do Imperio do Brazil, desde 1822 a 1875 (1877).
- Carta confidencial ao Ministro da Fazenda, Conselheiro Gaspar Silveira Martins, onde relata sobre organização da Estatística do Comércio Marítimo do Brasil, nos exercícios de 1869 a 1872, e encaminha o Projeto de Regulamento da Repartição Especial de Estatística (1878).

- Projecto de reorganização das Thesourarias de Fazenda (1878).
- Projecto de reorganização do Thesouro Nacional (1878).
- Administração das Finanças do Brazil e sustentação das Reformas necessárias ao Thesouro Nacional e Thesourarias (1878).
- Systema de Partidas Dobradas para a organização da Contabilidade do Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda do Imperio do Brazil (1878).
- Sociologia ou Sciencias das Leis e Theorias dos Factos Sociaes na sua forma e razão de ser (1879).
- Finanças: Estudos sobre a converção do Papel Moeda em Moeda de Ouro (1883).
- Finanças: Estudos sobre a converção do Papel Moeda em Moeda de Ouro (rascunho) (1883).
- Finanças: Estudos sobre a converção do Papel Moeda em ouro (1886).

2.1.2 Impressos:

- Tratado de Escripuração mercantil por partidas dobradas, applicado às finanças do Brasil (1852)
- Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios do Imperio do Brasil (1860)
- A produção agrícola no Brasil (1860)
- Histórico da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba, e analyse critica e economica dos negócios d'esta companhia (1861)
- Felicidade pelo casamento (1862)
- Filosofia moral christa e política (1862)

- Considerações, sobre a historia, para firmar a theoria da divisão do trabalho, e chamar ao gremio da civilização os aborígenes do Brasil (1862)

- Invasão da ilha de Sancta Catharina em 1770: colhida de um velho manuscrito.

Após consolidar-se na Corte, Sebastião Ferreira Soares recebeu o título de Doutor em Filosofia ao defender sua tese em uma universidade na Alemanha. Faleceu no Rio de Janeiro em 1887. Sua morte motivou o orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. Visconde de Taunay, a fazer-lhe um elogio fúnebre em uma das sessões desta instituição.

A análise de sua biografia remete a um profissional com diversas qualificações, fruto de uma época de poucas opções de formação e de pouca distinção entre os mais variados ramos do conhecimento. Porém, seu empenho às finanças públicas e sua habilidade com a Contabilidade são inquestionáveis.

Ao se fazer uma análise temporal de seus feitos, sua contribuição torna-se ainda mais representativa. Seu ineditismo e pioneirismo nos trabalhos práticos e intelectuais são dignos de reconhecimento nacional e internacional.

2.2 COLLÉGIO EMULAÇÃO

Nessa mesma época, outra evidência também ganha destaque. Embora com poucas informações disponíveis, o Collégio Emulação representa o primeiro indício de um possível ensino formal da Contabilidade, ainda no período imperial.

Essa escola estava localizada na atual Rua Marechal Floriano, no Centro de Porto Alegre, e, conforme mostrado a seguir, apresentava o ensino comercial como uma disciplina secundária.

COLLEGIO
EMULAÇÃO.

Rua de Bragança n.
130 esquina da da
Alegria.

ABRE-SE NO DIA 10 DO
CORRENTE.

*Continuãrão em exercicio as
seguintes aulas :*

INSTRUÇÃO PRIMARIA.

Leitura, doutrina christã, cal-
ligraphia, arithmetica, geogra-
phia e grammatica nacional.

INSTRUÇÃO SECUNDARIA.

Latim.
Francoz.
Inglez.
Allemão.
Historia.
Geographia.
Rhetorica.
Mathematica.
Commercio.

ARTES.

Musica.
Dança.
Desenho.
Esgrima.
Gymnastica.

Recebem-se pensionistas, mei-
os-pensionistas e externos.
Porto Alegre 4 de Janeiro de
1870.

O director,
JOSE RIBEIRO D'ANDRADE E
SILVA.

N. 23—G—1

Fonte: *A Reforma*, 4 de janeiro de 1870.

Dentre os ensinamentos do ensino comercial, a escrituração por partidas dobradas representava uma das (senão a) principais disciplinas ofertadas.

Não se encontraram maiores evidências sobre este colégio que, provavelmente, não logrou êxito no ensino comercial. Muito desse insucesso é decorrente do baixo interesse no aprendizado das técnicas comerciais, visto que, de fato, as aulas de Comércio não atraíam grande número de alunos. Outros cursos, como Direito, Engenharia e Medicina, atraíam um número maior de interessados das classes socialmente mais favorecidas na época.

Em Porto Alegre, essa situação se repetia. O jornal *O Athleta*, de 4 de fevereiro de 1894, publicou, à página 3, um artigo assinado por F. Vicente Dias, comentando sobre outro curso comercial que iria surgir:

[...] os jovens que felizes na escolha dos pais, pódem antes de entrar para o balcão, receber completa educação, preferem, á trabalhosa mas honrosa vida commercial, serem bachareis, médicos sem clinica ou empregados públicos, ainda que lhes falte capacidade para occupar o ultimo lugar de empregado d'uma casa commercial!

Neste comentário o autor refere-se aos filhos de comerciantes que, uma vez bem estabelecidos financeiramente, preferiam se matricular em outros cursos para, em alguns casos, buscar um emprego público, deixando de lado os estabelecimentos comerciais de seus pais.

Ao final dessas primeiras evidências, deve-se ressaltar o grande esforço pessoal de precursores como Sebastião Ferreira Soares e tantos outros anônimos que nunca terão seus nomes registrados na História, assim como instituições que tiveram suas referências perdidas em decorrência da falta de preservação da memória e da cultura.

3 FORTALECIMENTO

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, o país começa a experimentar novas condições no comércio, na cultura, no ensino, entre outros. A obra de Caldeira (1995) ilustra uma realidade de prosperidade e de extremos na vida cotidiana, principalmente da Corte, na cidade do Rio de Janeiro. Ao descrever a vida e obra do gaúcho Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como o Barão de Mauá, o autor propicia o entendimento de diversos fatores relacionados ao comércio e aos serviços da época.

Os empresários, proprietários destes estabelecimentos, exigiam de seus funcionários grande dedicação ao trabalho. Muitas empresas atendiam durante todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos, e em horários que contemplavam, facilmente, mais de doze horas laborais diárias.

Essa condição propiciou a criação de organizações sociais representativas de trabalhadores no comércio. Essas entidades passaram a reivindicar alguns direitos coletivos de seus associados, como o direito a recreio, instrução e auxílio assistencial, buscando, também, recolocação no mercado para profissionais desempregados e, até mesmo, auxílio funeral para aqueles membros que necessitassem.

As reivindicações dos direitos representavam uma das poucas possibilidades de melhora nas condições de trabalho, dada a escassez de regulamentação da época. Já o recreio e a instrução pretendiam elevar o nível cultural e intelectual de seus membros, uma vez que, segundo relato de Viana (1968), “há um extenso labor a ser realizado por qualquer comunidade que aspire a alcançar estágios mais adiantados de progresso, por via de elevação do nível da capacidade técnica de sua população ativa”.

Em um primeiro momento, esta abordagem pode parecer desassociada no tema desta obra. Porém, precisa-se relevar o mercado de atuação dos profissionais contábeis desta época, que possuíam o título de Guarda-Livros ou Auxiliares.

Já a intrínseca ligação dos primeiros profissionais contábeis de Portugal e de suas colônias com o comércio pode ser verificada na Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, na qual o Rei de Portugal, além de ressaltar a importância do comércio, fazia clara referência à necessidade de registro do Guarda-Livros, dos Caixeiros, dos Praticantes Portugueses das Casas de Negócios e das Corporações, Sociedades Públicas ou Particulares.

A publicação dessa carta representou o primeiro esforço governamental na busca pelo registro e controle dos profissionais responsáveis pelas escritas contábeis das empresas. Esse controle, além de seu caráter fiscalizador, colocava as atividades comerciais em uma posição hierárquica superior aos pleitos judiciais e às fábricas civis e mecânicas.

Notadamente, a classe comercial era, então, formada por todos os profissionais que nela atuavam e, com maior destaque, inclusive em sua remuneração, figuravam os Guarda-Livros. Uma das primeiras entidades brasileiras representativas dessa classe foi a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1880.

No Rio Grande do Sul, não havia um cenário muito diferente do vislumbrado na Capital Federal. Em decorrência de várias necessidades, algumas já declaradas neste capítulo, os profissionais começaram a organizar-se e posicionar-se cada vez mais na sociedade da época.

3.1 CLUB CAIXEIRAL PORTO-ALEGRENSE

O Club Caixeiral Porto-Alegrense foi fundado em 1º de outubro de 1882 e localizava-se na atual Rua Sete de Setembro, nº 92, no Centro de Porto Alegre. Declaradamente inspirado na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, fundada dois anos antes, tinha o intuito de ser um clube de assistência mútua dos trabalhadores no comércio.

Matéria publicada no jornal *O Athleta* (1º de novembro de 1891, p. 1) sobre o Club Caixeiral Porto-Alegrense menciona:

No seu amplo seio elle recebe os seus irmãos de trabalho, dá-lhes mestres que os eduquem, franquea-lhes uma bibliotheca escolhida, proporciona-lhes civilisada e utilíssima sociedade, por meio de agradáveis reuniões, e nos dias pardos da desventura, esses companheiros de jornada da vida encontram também lenitivos para seus males phisicos e Moraes, consolo para as suas maguas, auxilio para as suas difficuldades. O corpo e o espírito são assumptos de seria attenção do humanitario grêmio.

Sua finalidade, segundo o capítulo 1º dos estatutos, fundamentava-se conforme segue (O ATHLETA, 8 de outubro de 1899, p. 1):

Artigo 1º - O Club Caixeiral Porto-Alegrense, fundado a 1º de Outubro de 1882 e installado a 1º de Novembro do mesmo anno na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Granno do Sul, tem por fim:

§ 1º - Congregar os caixeiros e demais empregados do commercio, em um gremio de fraternidade e união.

§ 2º - Pugar pelos interesses da classe caixeiral.

§ 3º - Advogar todas as questões tendentes á classe caixeiral, procedendo sempre de accordo com os interesses de caixeiros e commerciantes.

§ 4º - Formar um fundo de socorros em favor dos sócios effectivos, quando delle precisarem.

§ 5º - Estabelecer uma enfermaria no edificio do Club, para o tratamento dos socios enfermos, logo que o permittam as condições financeiras.

§ 6º - Promover a instrucção e recreio entre os seus associados, sustentando aulas, organisando uma bibliotheca e proporcionando diversões que a Directoria julgar conveniente, uma vez que não affectam os interesses do Club, bem como influenciar sobre a collocação do sócio desempregado.

Claramente, esta nova instituição buscava sanar grandes limitações impostas à sua classe associativa, promovendo o crescimento e dando garantias aos seus associados.

Ainda nos seus primeiros anos de vida, o Club Caixeiral já ofertava instrução contábil. Em 27 de dezembro de 1885, foi proferida no Club, pelo Dr. Thomaz Tomassini, uma conferência sobre cálculos e escrituração mercantil. O jornal *O Athleta* relatava em 3 de janeiro de 1886, p.2, o seguinte:

Realisou-se no ultimo domingo, como estava annunciada, a conferencia sobre cálculos e escripturação mercantil pelo Dr. Thomaz Tomassini.

Ao meio dia, perante uma regular concurrencia de sócios e convidados, o presidente do “Club” explicando os motivos da reunião convidou o Sr. F. A. Borges Lima, como distincto guarda-livros, a tomar a cadeira da presidência.

Accedendo ao convite o Sr. Borges Lima abriu a sessão e deu a palavra ao Dr. Tomassini.

O illustrado professor, após uma breve allocução, em que agradecia o convite que lhe fora feito pela directoria do “club” dirigio-se á pedra e passou a fazer demonstrações praticas do seu methodo de Contabilidade. Fez diversas operações de adicção, multiplicação, e divisão, contas de juros, contas correntes de juros recíprocos, com a maior facilidade e rapidez, explicando ao mesmo tempo o seu modo de operar, que se basea na simplificação.

Tratando em seguida da escripturação mercantil, apresentou quatro cadernos organizados por um seu discípulo, que sendo examinados pelas pessoas presentes, entre as quaes se achavam algumas muito habilitadas, foram julgados perfectos, de accordo e em harmonia com as praticas em uso no commercio.

Ao terminar a sua conferencia o Sr. Dr. Tomassini, declarou que os problemas por elle apresentados, comquanto não

fossem mais do que um ligeiro esboço do seu methodo de ensino, demonstravam a excellencia do systema por elle adoptado em Contabilidade, simplificando sempre esta por forma a facilitar os cálculos, muitas vezes complicadíssimos, que perturbam a marcha dos trabalhos do guarda-livros.

O Sr. Presidente “ad hoc” agradeceu ao illustrado professor o cavalheirismo com que aceitou o convite da directoria e fez inserir em acta um voto de louvor ao Dr. Thomaz Tomassini, que se torna digno de louvores pela dedicação com que se lança á nobre e árdua missão de preceptor da mocidade.

Por nossa parte felicitamos também ao digno cavalheiro e illustre professor.

Além de palestras, o Club oferecia aulas regulares de portugûes, francês, aritmética e escrituração mercantil. Segundo comunicação do Club (*O ATHLETA*, 2 de julho de 1893, p. 3), “o Caixeiro actual tem necessidade da luz redemptora da instrucção, porque elle convive em um meio civilisado; tem outras tendencias superiores as dos nossos irmãos do seculo passado, que esperavam bestificados o acaso, o imprevisto – a obra da Providencia”.

Devido à falta de inscritos nos cursos, as turmas de portugûes, francês e aritmética foram encerradas, permanecendo apenas a de escrituração mercantil.

O Club Caixeiral Porto-Alegrense editava semanalmente, sempre aos domingos, um periódico chamado *O Athleta*. Este periódico apresentava assuntos diversos, que iam desde conteúdos relativos à vida do clube, até reivindicações da classe comercial, composta por caixeiros-viajantes, auxiliares e guarda-livros, além de informações e demonstraões contábeis, como, por exemplo, diversos balancetes.

O nome *O Atheta* surgiu influenciado pelos atletas da antiga Grécia. Porém, não foi aceito imediatamente pelos demais membros da direção

do Club. Conforme esses diretores, chamar de atleta um jornal fraco e despretensioso era contraditório. Mas, mediante a argumentação do Sr. Areimor, e da aceitação de todos, o periódico recebeu o nome em questão.

Dentre as reivindicações mais constantes, se destacava a busca pelo descanso aos domingos. Outro fato curioso é o eventual desabafo de alguns associados em relação às condições econômicas da época.

Em 1º de novembro de 1891, na edição nº 43, há uma demonstração desses desabafos. Assinado pelo Sr. Bitú, o artigo intitulado “A Vida Triste” relata a percepção de um associado ao buscar uma roupa nova para o aniversário do Club.

E’ hoje o nono aniversario do Club e, no entanto, estou triste!

Ao passo que todos derramam por estas columnas torrentes de phrases cheias do mais significativo contentamento, eu lastimo, mas lastimo com sinceridade a minha caipora!

Estou roubado, meus caros leitores, estou redondamente roubado, minhas carissimas leitoras!...

Este 1º de Novembro que ahi vedes é, palavra de honra, o mais caro de toda a minha cara vida.

Jamais um dia de anno algum (até hontem!) me custou o preço deste.

Nunca! Jamais! Em tempo algum!

O motivo? Querem saber o motivo? Eu lhes conto.

Imaginem que cada aniversario do Club, traz-me a lembrança a data da reforma de hábitos da classe caixeiral. Pois eu tenho levado em capricho commemorar annualmente este dia com a reforma geral dos meus... habitos!

Eis onde bate o ponto.

D’ahi a minha caipora!

Nunca tal reforma me custou dinheiro como agora.

E para o que, lá vai a prova:

CUSTOS	ANTIGOS	ACTUAES
1 fatiota fina	70,000	120,000
1 camisa de linho	3,000	5,500
1 dita de meia	1,000	2,000
1 par de ceroulas	2,000	4,000
1 " " meias	500	1,200
1 " " punhos	800	1,200
1 " " botinas	10,000	19,000
1 " " luvas	2,500	3,500
1 collarinho	400	800
1 gravata	1,500	3,000
1 lenço de linho	300	800
Abotoaduras	5,000	9,000
1 chapéo	8,000	14,000
Saldo da actualidade	79,000	
	184,000	184,000

Digam-me, digam-me agora diante da logica destes algarismos, se não tenho razão?!...

E notem que ainda assim comprei barato, porque comprei só a dinheiro.

O que dirão disso então os meus pobres companheiros que compram fiado?...

Ah! Infelizes!...

Infelizes, minto, porque a elles resta ao menos um supremo consolo... – o calote.

O' calote, o reinado é teu!

Accusam por ahi o cambio!

Desventurado cambio, pergunta a Deus, a quem deves tu accusar então?...

Estou triste e tenho razão.

Não acham?

Não foi possível encontrar a última edição do jornal *O Athleta*. A última edição consultada refere-se a dezembro de 1899.

O Club Caixeiral Porto-Alegrense encerrou suas atividades em meados do século XX, tendo publicado, ainda, o *Almanaque Comercial Mercúrio* no período de 1927 a 1929. A criação do Club de Guarda-Livros, em Porto Alegre, apresenta-se como um dos motivos de seu enfraquecimento e posterior decadência.

3.2 CLUB DE GUARDA-LIVROS DE PORTO ALEGRE

O Club de Guarda-Livros, primeira associação profissional puramente contábil de Porto Alegre, foi fundado em uma manhã de domingo, no dia 3 de junho de 1894, nas dependências do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Sua primeira diretoria foi composta pelos seguintes senhores: Armando Mazon (1º Secretário), Frederico Santiago (2º Secretário) e Mazzarino de Moraes (O ATHLETA, 10 de junho de 1894).

Os estatutos do Club de Guarda-Livros eram praticamente iguais aos do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Esta situação devia-se ao fato de o primeiro clube ter sido criado a partir de um grupo de profissionais que faziam parte do segundo, tendo em vista que tanto caixeiros como guarda-livros e ajudantes compunham a classe comercial.

A criação desse clube gerou indignação na direção do Club Caixeiral Porto-Alegrense e nos redatores do jornal *O Athleta*. Segundo o redator, os guarda-livros representavam a classe profissional mais bem remunerada do comércio e a de maior prestígio nessa associação, inclusive, com total poder decisório em sua gestão.

Embora publicado após a fundação do Club de Guarda-Livros, o Sr. Antonio Leite, redator do jornal *O Athleta*, assim se posiciona sobre sua futura criação (O ATHLETA, 10 de julho de 1894, p. 3):

Em breve será fundada uma associação com este titulo, tendo por fim a união de todos os guarda-livros desta praça, e será instructiva e beneficente.

Não podia ser mais bello e de mais alevantada intuição o programma da nova sociedade, mas os iniciadores dessa associação não conhecem bem as mil dificuldades que tem de emfrentar uma instituição de tão agigantado golpe de vista.

Logo nos primeiros passos tem que arcar com a indifferença de uns e a má vontade de outros, e si isso não bastar, a defficiencia do numero virá fatalmente demonstrar a insustentabilidade de uma associação carecente de prosperas finanças.

Mas ainda é tempo de refletir.

O agrupamento de guarda-livros não precisa existir á sombra das côres de um estandarte, póde viver sob o glorioso estandarte do Club Caixeiral, – agrupamento de irmãos de classe, que já conta em seu seio crescido numero de guarda-livros.

O Club Caixeiral não foi creado sómente para caixeiros, e por essa mesma razão implicitamente na cathogoria de sócios effectivos estão contemplados os guarda-livros.

O que pretende a nova sociedade que não possa realizar dentro do libérrimo pacto fundamental do Club Caixeiral?

Não acreditamos que uma lacuna de estatutos fechasse o caminho ao vô dos nossos collegas; mas si, porventura, existisse não seria uma difficuldade irremovível; elles são susceptiveis de reformas e ampliações.

As necessidades que obrigam a creação do Club de Guarda-livros, que os obrigam á pratica da união, necessidades que não conhecemos, bem podiam encontrar conforto no programma do Club Caixeiral.

Reforme-se os estatutos na parte em que porventura possam ser defficientes; venha um contingente de guarda-livros com outros de caixeiros compôr o poder executivo, e as classes de funcionarios irmãos irão de mãos dadas pelo caminho do progresso e mais fortes assim constituídos, em virtude da lei da união.

Ao encarar-se o assumpto abstractamente parece ao observador não haver importância na existência das duas sociedades independentes, mas uma analyse conveniente, sem a qual não é licito avançar um passo em busca da incógnita do problema sociologico, nos mostrará logo o prejuizo da emulação esteril que indubitavelmente surgirá, e por outro lado o desperdício de forças que seriam preciosas, si convergissem para um mesmo ponto de intercepção.

Pensem, reflexionem os arvoradores do estandarte da separação, e não estamos longe de crer que reconhecerão que, si não ha erro na fundação da nova sociedade, ao menos os guarda-livros não tinham necessidade de se constituírem independentes do Club Caixeiral, cujos estatutos lhes dão os mesmos direitos, em tróca dos mesmos deveres que ao caixeiro.

E' esta a nossa convicção e quiçá de grande parte de guarda-livros desta praça.

Após a fundação do Club de Guarda-Livros, a redação do jornal *O Athleta* vem, novamente, posicionar-se (*O ATHLETA*, 17 de junho de 1894, p. 3):

Assistimos, domingo passado, á installação desta nova associação e, em vista do programma apresentado pelo presidente da mesa, Ella não é mais do que uma... dessidencia do Club Caixeiral. Visa os mesmos intuitos, destina-se aos mesmos fins e a diferença, na raiz, é apenas o nome.

Seria impeccavel essa associação si fosse fundada por outra classe que não a de guarda-livros, que já possui sociedade que tem por mesmo objectivo os fins a que Ella se destina.

Tem, por consequencia, a novel associação em vista a separação da classe dos guarda-livros da dos caixeiros.

O Club Caixeiral quando se fundou foi para advogar e melhorar as condições dos caixeiros e guarda-livros, e, por essa razão, considerou na cathegoria de sócios effectivos unicamente caixeiros viajantes e guarda-livros.

Essa cathegoria é a que góza dos maiores proventos, por isso mesmo que a Ella estão affectos todos os interesses do Club.

Esta cathegoria põe e dispõe do Club Caixeiral: só ella vota, só ella é elegível.

Deprehende-se disso que o Club Caixeiral não vê differença entre estes ou aquelles empregados do commercio e considera-os irmãos na gloria e no infortúnio.

Todas as cathegorias de socios do nosso Club têm direito á instrucção e recreio que o mesmo proporciona, mas os guarda-livros e caixeiros, isto é, a cathegoria de effectivos, não só tem direito a estas regalias, como ainda aos soccorros de toda natureza que necessitarem.

Ora, tendo os guarda-livros direito a todas as regalias que lhe conferem os estatutos libérrimos do Club Caixeiral, têm necessidade de se constituir em sociedade á parte?

Temos consciencia que a obscuridade de nossa intelligência não nos faculta argumentos em dilatado horizonte; mas, no perimetro em que é dado campear a nossa investigação, não encontramos justificativa ao commettimento desses nossos irmãos de trabalho.

Teria porventura o Club Caixeiral, de alguma forma, desgostado os guarda-livros?

Essa hypothese é tão absurda quão inadmissivel, porque a responsabilidade ahi recairia em grande numero de guarda-livros, cooperadores do Club, e esses só depois de frustrada uma tentativa de defeza dos collegas teriam direito a um rompimento.

Não acreditarão no programma do Club?

Não comporta o Club a grandeza de suas aspirações?

Qual desses argumentos é o conducente da verdade?

Qual o que determinou a criação de uma agremiação irmã da dos caixeiros e com os mesmos intuitos?!

Porque a assembléa que installou a nova associação, ouvindo o presidente da mesa declarar os fins da agremiação, não o interpelou sobre o motivo da criação de um novo gremio igual ao que a própria assembléa já possuía e com o mesmo programma?!

Porque, respondemos nós, o motivo não póde ser outro que uma inútil discriminação de resultados negativos, porque na Republica do Trabalho não ha distincções.

Mas... esta installada a nova associação; tem á sua frente cavalheiros respeitaveis e amigos nossos; cumprenos augurar-lhe um auspicioso futuro, como não podia ser illicito manifestar-nos contra sua extemporanea e injustificavel fundação.

Demais, si não vimos utilidade, não nos prejudica a existencia da sociedade irmã si não do ponto já demonstrado em nosso artigo anterior.

Além da redação do jornal, um associado que assina como Sellet, também indignado com a fundação do Club de Guarda-Livros, escreve para a redação (O ATHLETA, 17 de junho de 1894, p. 3):

Escreve-nos um distinto consocio:

“Lendo no Jornal do Commercio um annuncio convidando os guarda-livros de Porto Alegre para uma reunião no edificio em que funciona o Club Caixeiral, a ella compareci, não como guarda-livros, mas como socio desse Club, no desejo de vêr em que bases se assentava a nossa agremiação, e tive o desgosto de vêr nada mais, nada menos do que simplesmente a mania de associação, como a mania dos cafés, das companhias e tantas outras que se desenvolvem nesta capital.

Digo isto porque as bases da nova sociedade são as mesmas do Club Caixeiral: - Beneficencia, Instrucção e Recreio.

Ora, existindo aqui uma sociedade, que julgo em nada ter desmerecido no conceito publico e onde os Srs. guarda-livros encontrarão todas as regalias existentes nessas mesmas bases, não pôde deixar de ser mania a criação de outra.

Há quem diga que os guarda-livros, não querendo hombrear-se com os humildes caixeiros, crearam essa associação, e eu afirmo que não ha tal, porque vi caixeiros fazendo parte da assembléa geral, e, perguntando a um dos iniciadores como era isso, elle respondeu-me que eram ajudantes de escripta. Então tivemos uma pequena discussão e finalizei dizendo que qualificava a nova associação de – um segundo CLUB CAIXEIRAL com a denominação de Associação de Guarda-livros.

Sim, porque desta forma todos os caixeiros são ajudantes de escripta da casa em que estão empregados, e por conseguinte aptos para pertencerem á nova sociedade.

Eu julgava que formavam na mesma associação simplesmente os Srs. guarda-livros, tendo por único fim a beneficência, em caso de invalidez de seus collegas e associados, e não uma sociedade de recreio...

Enganei-me, razão porque digo aos dedicados socios do CLUB CAIXEIRAL:

- Em guarda!

Uma das funções do Club de Guarda-Livros, inspiradas nas do Club Caixeiral Porto-Alegrense, era a oferta de instrução aos associados. Em 5 de novembro de 1899, este clube ofertou no jornal *Correio do Povo*, em um anúncio assinado pelo então 2º secretário, Sr. Joaquim Lopo Gonçalves, aulas de escrituração mercantil, português, caligrafia e francês. Essas aulas estavam abertas, também, para não sócios.

Não se encontraram evidências sobre o encerramento de suas atividades. Devido à escassez de informações em periódicos da época, acredita-se que tenha sido no começo do XX.

3.3 COLLÉGIO RIO-GRANDENSE E COLÉGIO IVO AFFONSO CORSEUIL

O Collégio Rio-Grandense, fundado em 1876, oferecia ensino comercial anos antes de 1894, não sendo possível sua precisão. Essa instituição funcionava na Rua Duque de Caxias, no Centro de Porto Alegre e, posteriormente, transferiu-se para a Rua Sarmiento Leite, também no Centro da cidade (FRANCO, 2006).

O colégio foi fundado pelo Sr. Apelles José Gomes Porto Alegre, com apenas 26 anos de idade. Natural da cidade de Rio Grande, foi homem de prestígio político e cultural no estado do Rio Grande do Sul. Criou o jornal *A Imprensa* e foi um dos fundadores do Partenon Literário (PORTO ALEGRE, 1980). Foi, também, professor da Escola Livre de Comércio de Porto Alegre, fundada em 1909.

A instrução contábil desta instituição estava a cargo do Lente e Guarda-Livros, Sr. Agostinho de Menezes Freitas, que, segundo a edição do *Jornal do Commercio* de 2 de fevereiro de 1894, era um profissional de reputação indiscutível.



Apelles José Gomes Porto Alegre

Fonte: Genealogia da Família Martins Costa (2008).

Já o Professor Ivo Affonso Corseuil atuou como diretor e professor na Escola Brasileira de Porto Alegre, antes de fundar seu colégio. Em 31 de janeiro de 1894, publicou, no jornal *A Reforma*, um anúncio em que informava seu desligamento desta instituição e ofertava vagas para o ensino primário em sua escola, para alunos com mais de 14 anos, a partir de 15 de fevereiro do mesmo ano.

Além do curso primário, o Sr. Ivo Affonso Courseuil oferecia aulas noturnas de escrituração mercantil, ministradas pelo Professor Joaquim Xavier Carneiro.

COLLEGIO
Ivo Affonso Corseuil
 Sob a direcção do provector professor
JOAQUIM XAVIER CARNEIRO
 abrir-se-á neste estabelecimento,
 no dia 15 do corrente, um curso de
Escripturação Mercantil
 que, funcionando das 8 ás 9 horas
 da noite, poderá ser aproveitado não
 só pelos alumnos do estabelecimento,
 como por pessoas que, por suas ocu-
 pações diarias, não possam dispôr
 de outra hora.
 Porto Alegre, 11 de Janeiro de
 1894.
 191 15 10 3 v s 28 F.

Fonte: *Jornal do Commércio*, 6 de fevereiro de 1894, p. 5.

Em relação ao Sr. Joaquim Xavier Carneiro e sua atuação como Guarda-Livros, sabe-se que, em 1894, publicou a obra *Compêndio de Escripuração Mercantil por Partidas Dobradas para Uso das Escolas e dos Aspirantes a Guarda-Livros*, tendo sido uma das primeiras com um identificado método pedagógico para a formação de profissionais da Contabilidade.

Natural do Rio de Janeiro, aprendeu Contabilidade e, já adulto, mudou-se para Porto Alegre. Na capital carioca, participou ativamente na Associação dos Empregados do Commercio do Rio de Janeiro, onde, inclusive, participava de reuniões e assinava atas como presidente do conselho.



Joaquim Xavier Carneiro

Fonte: Sociedade Espírita Allan Kardec

Outra referência encontrada a seu respeito refere-se à sua austeridade de costumes e aos muitos atos de benemerência, que lhe tornaram um marco do crescimento da Religião Espírita Kardecista em torno de 1896.

O Collégio Ivo Affonso Corseuil preparava alunos para o comércio, empregos públicos e admissão em cursos superiores.

A abertura do curso de escrituração mercantil repercutiu na cidade. O jornal *A Federação*, de 26 de janeiro de 1894, página 5, enalteceu a iniciativa do Prof. Corseuil, publicando a seguinte matéria:

Sensível lacuna em nosso ensino profissional acaba de preencher o inteligente educacionista Ivo Affonso Corseuil, creando no seu estabelecimento um curso commercial.

Á boa parte da nossa mocidade que se consagra a nobilitante e futura carreira feliz ensejo se proporciona agora para preparar-se convenientemente recebendo, antes de transpor o balcão, o conjunto de conhecimentos theoreticos que constitue por assim dizer o eixo em torno do qual gira toda acção do commerciante moderno.

Com effeito, de ha muito que se fazia sentir aqui a falta de um curso de tal natureza.

Formavam-se em escola superiores Bacharéis em differentes sciencias, médicos, engenheiros, etc., só não havia meios para se preparar commerciantes.

Graças, porém, a iniciativa do Sr. Corseuil, temos agora um curso commercial, que esta a cargo do Sr. Joaquim Xavier Carneiro, conhecido professor nesta capital, onde tem demonstrado a sua competencia leccionando particularmente escrituração mercantil.

Já o Club Caixeiral Porto-Alegrense, como representante da classe commercial, publicou no jornal *O Athleta* de 4 de fevereiro de 1894, à página 3:

Annexo ao seu collegio, estabeleceu o distincto professor Sr. Ivo Affonso Corseuil uma aula de escrituração mercantil.

A Federação, noticiando este facto, considera prehenchida uma falta que se fazia sentir n'esta capital, e, alongando-se em considerações, diz que, graças a essa iniciativa pôde

a mocidade que se dedica ao commercio preparar-se convenientemente.

E' occasião opportuna para lembrar-mos que se tal lacuna existiu, não foi por falta de iniciativa, pois o Club Caixeiral, desde sua fundação, tem por várias vezes estabelecido aulas, não só de escripturação mercantil, como de outras materias que constituem o curso commercial, dirigidas por habeis professores. Entretanto essas aulas, que começaram com uma frequencia animadora, foram pouco a pouco ficando desertas, a ponto de ser a diretoria obrigada a fechal-as!!

Isso demonstra o pouco amor da maioria dos nossos collegas ao estudo, não comprehendendo quanto lhes é sensivel a falta d'esse conhecimento.

O resultado é, que mais tarde, quando pela sua honradez e contracção ao trabalho conseguem a posição de commerciante, falta-lhes a necessaria aptidão para dirigir e fiscalizar as principaes transacções commerciaes que não se limitam á compra e venda dos generos!

Oxalá a fundação do Curso Commercial que motivou estas linhas, produza para nossa classe o resultado que desejamos e seu fundador idealizou; entretanto, com pezar dizemos, não acreditamos, porque, em geral, os jovens que felizes na escolha dos pais pôdem antes de entrar para o balcão, receber completa educação, preferem, á trabalhosa mas honrosa vida commercial, serem bachareis, médicos sem clinica ou empregados públicos, ainda que lhes falte capacidade para occupar o ultimo lugar de empregado d'uma casa commercial!

A falta de qualificação dos caixeiros e demais profissionais comerciais é, novamente, salientada no artigo do jornal *O Athleta*. Além disso, ambos os artigos ressaltam que o curso de escripturação mercantil oferecido pelo Sr. Ivo Affonso Corseuil era o primeiro a ser disponibilizado em Porto Alegre.

Essa situação motivou o Sr. Apelles Porto Alegre a manifestar-se em defesa do mérito do seu Collégio Rio Grandense, tido, por ele, como a

primeira instituição a oferecer este curso na região. Essa situação pode ser verificada no artigo publicado no *Jornal do Commercio*, de 2 de fevereiro de 1894, à página 2.

Illmo. Sr. Redactor do Jornal do Commercio.

Uma noticia publicada pela Federação de hontem, sob a epigraphe <Curso Commercial>, obriga-me a vir pedir-lhe um pequeno espaço em seu conceituado jornal para lavrar um protesto contra as inverdades e os conceitos injustos exarados na referida publicação.

[...]

Da notiela supra conclue-se que o Sr. Ivo Corseuil é o fundador do primeiro curso commercial creado nos collegios da capital; isto é inexato, porque há annos existe um no collegio Rio-Grandense e sob a direcção do provector guarda-livros Sr. Agostinho de Menezes Freitas, cuja competencia na materia ninguem em Porto Alegre põe em duvida, porque o mesmo é de uma reputação professional que não se discute.

Nunca fomos amigos de annuncios espalhafatosos, nem jamais pedimos a jornal algum elogios que occultassem no assombroso das palavras apparatusas o que nos compete na insignificancia dos merecimentos de professor; mas, como se trata de uma questão de direito, reclamamos aquillo que nos pertence *par droit de conquête*.

O collegio sob nossa direcção foi o primeiro nesta capital que fundou um curso commercial; si ha gloria nesse commettimento que nos tem custado sacrificios, como pode attestar o distincto Sr. Agostinho de Menezes Freitas, essa gloria pertencenos de direito e não ao Sr. Ivo Corseuil, a quem, sem conhecermos, fazemos a devida justiça de não julgalo capaz de reclamar a posição da gralha da fabula.

[...]

Dada a sua relevante contribuição à educação, principalmente dos jovens de Porto Alegre, o Sr. Ivo Affonso Corseuil recebe, ainda em vida, uma homenagem oferecida pelo Sr. João Chrysostomo, enaltecendo sua obra e sua vida na edição do jornal *Correio do Povo*, de 11 de abril de 1928.

3.4 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMÉRCIO DE PORTO ALEGRE E ESCOLA MAUÁ

A Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre foi fundada, também declaradamente inspirada na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1899, e definitivamente instalada em 2 de fevereiro de 1900. Inicialmente, instalou-se na Rua 7 de Setembro, nº 117, centro de Porto Alegre. Em 25 de março de 1903, a instituição mudou-se para seu prédio próprio, situado à Rua Dr. Flores, nº 220, onde funcionou até o seu fechamento. Este prédio existe até os dias de hoje (AEC, 1950).



Sede própria da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre
Fonte: AEC (1950).

Sua primeira direção, após a instalação em 2 de fevereiro de 1900, era composta por (AEC, 1949):

Presidente: Emílio da Silva Ferreira; Vice-Presidente: Arlindo Caminha; 1º Secretário: Aristoles S. Barboza; 2º Secretário: Miguel Coelho Borges; Tesoureiro: Victor Pinto Vieira; 2º Tesoureiro: J. A. Damasceno Ferreira; Bibliothecario: Gustavo Quaresma; Procurador: J. Cavalcanti; Conselho: Francisco Soares de Almeida, Porfirio Jubim, Ovidio Silveira Martins, Francisco Gomes Carollo, Isidoro Marx, Christiano Kessler, Hercules G. Limeira, Arthur Bastian, Gerard Greven. Comissão de Exame de contas: Antonio Machado, Mazarino Moraes, Carlos A. Dubois.

Já na sua instalação a instituição contava com 480 sócios, dentre os quais uma grande quantidade de profissionais da Contabilidade. Esse fato deve-se à própria natureza da entidade que, de acordo com o apresentado no primeiro artigo do primeiro capítulo dos seus estatutos, contemplava todos os profissionais comerciais.

Art. 1º- A Associação dos Empregados no Comércio de Pôrto Alegre, fundada em 4 de Outubro de 1899 e instalada em 2 de Fevereiro de 1900, nesta Capital, onde tem sua sede e foro jurídico, é constituída por ilimitado número de sócios de ambos os sexos, maiores de 14 anos, que empregam a sua atividade no comércio. Compreendem-se nesse caráter os empregados de escritório, balcão e armazém, leiloeiros, corretores, despachantes, guarda-livros e contadores, negociantes, industriais estabelecidos, administradores de companhias, diretores e funcionários de estabelecimentos bancários, representantes e viajantes comerciais, todos com amplo direito a voto e cargo, ressalvadas as disposições do § único do art. 22 .

O parágrafo único do artigo 22 determinava que menores de 18 anos não podiam votar nem candidatar-se a cargos eletivos na instituição.

Em 14 de maio de 1900, essa Associação passou a oferecer aulas de português, francês, alemão, inglês, Contabilidade e escrituração mercantil. Em 9 de dezembro de 1901, por proposta do Sr. Oscar Canteiro, esse curso passou a chamar-se Escola Mauá e, posteriormente, Curso Comercial Mauá.

Para a ordem e manutenção do curso, a Escola Mauá possuía o seguinte regulamento:

Art. 1º - A Escola Mauá, hoje registrada sob a denominação de <Curso Comercial Mauá>, póde ser frequentada por todos os associados desde que se inscrevam na matrícula da mesma, paguem as contribuições estabelecidas e se sujeitem ao regulamento disciplinar que é fornecido gratuitamente aos interessados;

Art. 2º - O Curso Comercial Mauá compreende, por enquanto, dois anos de estudo e tem por finalidade diplomar guarda-livros (Anexo D), práticos, aptos para os serviços gerais de escritório;

Art. 3º - As contribuições fixadas para as diversas matérias serão pagas até o dia 10 do mês em curso com a mensalidade a que são obrigados os sócios;

Art. 4º - Aluno algum será diplomado, sem que tenha assistido, pelo menos, 50% das aulas ministradas;

Art. 5º - O aluno que se matricular nos últimos três meses do ano escolar será considerado ouvinte, não tendo o direito ao exame final;

Art. 6º - No mês de maio de cada ano haverá uma sabatina-exame, pela qual se apreciará a capacidade especial do aluno para promoção imediata ao curso subsequente;

Art. 7º - O aluno que insistir na falta às aulas será sumariamente eliminado do quadro escolar;

Art. 8º - Fica expressamente proibido o uso do fumo durante o período das aulas;

Art. 9º - Os alunos devem ser pontuais nos horários de aulas;

Art. 10º - Não sendo o curso de datilografia um curso seriado, poderão os candidatos a essa matéria se matricular em qualquer época do ano, com direito à prestação de exame e diplomação;

Art. 11º - Aos professores cumpre assinar sua presença no livro do ponto que será visado pelo respectivo diretor;

Art. 12º - Deliberação alguma será tomada pelos professores sem ser ouvido, preliminarmente, o diretor do curso, que decidirá a respeito;

Art. 13º - Ao diretor cumpre providenciar sobre a cobrança das mensalidades, manter a disciplina, trazer em dia as cadernetas de chamada dos alunos e fazer os boletins mensais sobre o aproveitamento dos mesmos alunos.

Em 30 de dezembro de 1901, os primeiros alunos da Escola Mauá receberam o diploma de guarda-livros. O jornal *Correio do Povo*, de 31 de dezembro de 1901, descreve esta solenidade:

Com os exames oraes de portuguez e escrituração mercantil, de que são professores os srs. Arthur Candal e Antonio Machado, terminaram anteontem os exames finaes da Escola Mauá, da Associação dos Empregados no Commercio.

Constituíram a banca examinadora de portuguez os professores Apelles Porto Alegre, Ulysses Cabral e Alvaro Porto Alegre, sendo a de escrituração mercantil composta dos srs. Emilio Ferreira, Henrique Borges e Mazarino de Moraes.

Os alumnos que se apresentaram a exame deram sobejas provas de adiantamento.

Antes de começar o acto o Sr. Alfredo de Freitas Chaves, esforçado e digno presidente da Associação, descobriu o retrato de nosso inolvidavel patricio visconde de Mauá, o qual fora collocado na sala da escola.

Em seguida, concedeu elle a palavra ao nosso talentoso patricio Apelles Porto Alegre, que proferiu o discurso official, fazendo, com o brillantismo da sua palavra facil, o historico da vida do illustre extincto.

Logo após, procedeu-se aos exames, cujo resultado foi o seguinte.

Portuguez – Distincção: Constantino da Rocha, Arnaldo Sperb, Eugenio Medeiros e Ottomar Kappel; plenamente: Sylvio Vellozo da Silveira, Natalício Bueno, João da Matta Moraes e José Maria Calleya.

Francez – Distincção: Constantino Rocha, Arnaldo Sperb e João Martins da Silva Campos; plenamente: Eugenio Medeiros e João da Matta Moraes.

Arithmetica – Distincção: Arnaldo Sperb; plenamente: Sylvio Vellozo da Silveira e Eugenio Medeiros.

Escrituração Mercantil – exame parcial. Plenamente: Antonio Martins, João L. Scherer, Frederico Henckel e Sylvio Velloso da Silveira.

Exame final – Distincção: Frederico Carlos Gerlach e Israel Torres Barcellos; plenamente: Gustavo Moritz e Constantino da Rocha.

As medalhas de ouro e prata offerecidas aos novos guarda-livros serão entregues a 2 de fevereiro próximo, por ocasião da posse da nova directoria da Associação.

Terminados os exames, a Associação offereceu a seus convidados, professores e alumnos profusa mesa de frios e doces.

Iniciando a série de brindes, o Sr. Alfredo Chaves agradeceu aos professores e representantes da imprensa presentes á solenidade.

Em nome do director da escola, Sr. Arthur Candal, que se achava ligeiramente enfermo, usou da palavra o professor

Antonio Machado que saudou aos seus collegas que haviam se prestado como examinadores.

Em nome desses, Ulysses Cabral proferiu bellissimo discurso sobre o commercio, enaltecendo a idéia de dar-se á escola o nome de Mauá, e dizendo o que fora esse digno brasileiro, cujo patriotismo salientou em brilhante apologia.

O seu discurso era, de momento a momento, interrompido por applausos, sendo o orador coberto de flores, ao termina-lo.

Como representante desta folha, e por delegação da Gazeta do Commercio, agradeceu a saudação que fora feita á imprensa o nosso companheiro Daniel Job.

O Sr. Alfredo Chaves saudou o Sr. Fructuoso Fontoura, a quem a Associação deve inestimáveis serviços.

Agradecendo, o Sr. Fructuoso Fontoura tratou do vulto de Mauá, que havia começado como simples caixeiro, alcançando as mais altas posições referiu-se ao desastre de que o mesmo fora victima e que de forma alguma empanou o seu nome; fez a apologia do Sr. Alfredo Chaves; referiu-se elogiosamente aos srs. Emilio Ferreira, Ulysses Cabral, Apelles e Appolinario Porto Alegre, os três últimos como preceptores; e, depois de concitar a mocidade do commercio a estudar, terminou por saudal-a.

O Sr. Apelles Porto Alegre agradeceu essa saudação, produzindo uma oração cheia de verdades e ensinamentos. A mocidade tudo deve merecer, porque nella é que está encarnado o dia de amanhã, mas não se deve esquecer aquelles que já tendo experimentado os embates da vida, guiam essa mocidade, apontando-lhe o caminho do dever e da honra.

Elle saúda, pois, á parte experiente da sociedade, representada em Alfredo Chaves, Emilio Ferreira e Fructuoso Fontoura.

O nosso companheiro Daniel Job lembrou os serviços inestimáveis de Victor Pinto Vieira, o infatigavel agitador

da idéa da fundação da sociedade, que não descançou um momento para que Ella fosse uma realidade.

Lembrou ainda o orador os nomes de Joaquim Sant'Anna, Damasceno Ferreira e outros e terminou saudando, em nome do "Correio do Povo", os fundadores da sociedade.

Recebida com entusiasticos applausos essa saudação, o Sr. Alfredo Chaves propoz que fosse considerada como brinde de honra da festa.

Os exames prestados na Escola Mauá vieram, mais uma vez, provar a importância da Associação dos Empregados no Commercio.

Os alumnos arguidos demonstraram que estudaram nas aulas mantidas por aquella associação, e que os professores, cumprindo os seus deveres, esforçaram-se por bem ensinar-lhes.

O acto de ante-hontem, que foi também o pagamento de uma divida à memória de um brasileiro illustre, sobremodo honra aquella associação, á qual apresentamos parabéns.



Formandos da Primeira Turma de Guarda-Livros da Escola Mauá
Fonte: AEC (1950).

Na foto, encontram-se, da esquerda para a direita, sentados: Gustavo Moritz, professor Antonio Machado e Frederico Carlos Gerlach. Em pé: Constantino da Rocha e Israel Torres Barcelos.

Um exemplar do primeiro diploma de Guarda-Livros da Escola Mauá é apresentado a seguir.



Primeiro Diploma de Guarda-Livros da Escola Mauá

Ao longo dos anos, destacaram-se os seguintes professores: Arthur Candal, Israel Torres Barcellos, Paulo de Souza Ribeiro, Henrique Zago, Padre J. Moreau, Dr. Antonino Machado, Dr. Arthur Pinto da Rocha, Ivo Affonso Corseuil, Dr. Oswaldo Vergara, Dr. Evandro Ribeiro, Dr. Oscar Fonseca, Leopoldo Tietboehl, Frei Bernardino, Léon Back, Dr. Aristides Casado, Dagmar Volkmer Dourado, Zilda de Lourdes Abel, Francisco Hiram Ferrari e Pedro Magalhães.

A Escola Mauá consolidou-se como a primeira instituição a oferecer, por mais de cinquenta anos, formação contábil no Rio Grande do Sul. Sua formação foi inspiradora para a criação da Escola Livre de Comércio de Porto Alegre, que consolidou o ensino contábil no Estado.

No começo da segunda metade do século XX, devido à decadência da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, a escola foi vendida para a iniciativa privada. Porém, o ensino comercial seguiu até meados da década de 1980. Nos arquivos desta instituição, após a sua venda, encontram-se os registros de mais de setecentos profissionais formados no curso técnico em Contabilidade.

4 CONSOLIDAÇÃO

Após as primeiras evidências e o seu conseqüente fortalecimento, a Contabilidade gaúcha segue sua trajetória de evolução social.

4.1 ESCOLA DE COMMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

Hoje conhecida como Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a Escola de Comércio de Porto Alegre teve sua origem quando os Srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, respectivamente, diretor, secretário e professor da Faculdade de Direito, propuseram a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre.

A proposta consolidou-se, conforme exposto na Ata nº 66 da Faculdade de Direito, de 26 de novembro de 1909.

Ata da 66a. sessão da Congregação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre - Aos 26 de novembro de 1909, reunidos na Sala das Sessões da Congregação os des. Manoel André da Rocha, diretor, Leonardo Macedônia Franco e Souza, secretário, e os drs. Alcides de Freitas Cruz, José Valentim do Monte, Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho, Plínio de Castro Casado, Manoel Pacheco Prates e Timótheo Pereira da Rosa, foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão antecedente, foi aprovada sem debate. Passando-se à ordem do dia toma a palavra o Sr. Normélio Rosa, que verbalmente relata o parecer da comissão composta dos drs. Timotheo Pereira da Rosa, Plínio de Castro Casado e Normélio Rosa, sobre o projeto dos srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolpho Simch, criando uma Escola de Comércio anexada à Faculdade. O sr. Normélio Rosa, depois de aplaudir a iniciativa dos signatários do projeto, entra em longas considerações sobre a organização das escolas de comércio; louva o projeto, bem elaborado, superior a organizações das academias de comércio de São Paulo e Rio

de Janeiro; e declara que a comissão adota o projeto com as seguintes modificações: À 6ª. cadeira do 1.º ano do curso geral acrescenta-se Direito Constitucional. A cadeira de Estenografia, 7ª. do 1.º ano do curso geral, passará para o 2.º ano do mesmo curso. A cadeira de Merceologia, 6ª. do 2.º ano do curso geral, seja denominada 4ª. cadeira do mesmo ano e curso. O artigo 8.º. seja substituído pelo seguinte: “A Escola de Comércio de Porto Alegre será custeada pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre”. Anunciada a discussão do parecer e do projeto, são ambos aprovados, com as emendas seguintes: do Sr. José Valentim do Monte, que “a 6ª. cadeira do 1.º ano do curso geral tenha as seguintes denominações: Noções de Direito Público e Privado e Constitucional, Legislação Fiscal”. Do Sr. Timótheo Pereira da Rosa: a 6ª. cadeira do 1.º ano passará para o 2.º ano; e a 6ª. cadeira do 2.º ano para o 1.º., em último lugar ambas. Do sr. Normélio Rosa – “a 5ª. cadeira do 1.º ano do curso geral será denominada – Escrituração Mercantil”. Encerrada a votação do projeto e emendas, o sr. Diretor declara fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade Livre de Direito e levanta a sessão.

O interesse pela criação de uma escola de comércio anexada à Faculdade de Direito teve sua motivação a partir do curso da Escola Mauá, quando esta Faculdade situava-se, ainda, na esquina das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano (VALLE, 1974).

Em um relato realizado por Fortini (1953, p.14), com base em testemunho do Sr. Henrique Desjardins, verifica-se a seguinte descrição das ações dos Srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch:

De uma feita, em princípios do ano de 1909, saiu a “trinca” da Faculdade Livre de Direito – naquela época funcionava no prédio que atualmente é ocupado pela R.C.P., à rua Duque de Caxias esquina da rua Marechal Floriano – em

direção à Alfaiataria do sr. Germano Petersen Junior, situada naquela época à Rua dos Andradas, onde hoje existe a Avenida Borges, onde costumavam fazer ponto de parada. Aos poucos retiravam-se os outros, mas o desembargador Manoel André da Rocha permanecia ali até o entardecer – hora do jantar – para depois assistir à primeira sessão do Teatro Apolo.

Eram mais ou menos 17 horas do mesmo dia, quando retornaram à Alfaiataria Petersen os drs. Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, para cientificarem ao desembargador André da Rocha que se achava exposto, na montra da casa “Ao Trocadero”, loja de artigos para homens e de propriedade do português sr. José Bastos, e situada à Rua dos Andradas, então número 220 A, um quadro com os retratos da turma de “guarda-livros” formados pela Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio.

Cientificados da “novidade”, seguiram os três em direção à casa “Ao Trocadero”.

Lá chegados, ao deparar com o citado quadro, o desembargador Manoel André da Rocha sentiu que alguém já lhe tinha tomado a dianteira naquilo que já vinha alimentando há longo tempo e disse: “Precisamos fundar, quanto antes, a nossa Escola de Comércio. Simch, prepara o projeto para amanhã”.

Assim foi feito e, a partir de sua fundação, a Escola de Comércio de Porto Alegre passou a oferecer dois cursos distintos (VALLE, 1974).

O primeiro denominava-se Curso Geral e tinha, inicialmente, a duração de dois anos. Porém, no primeiro dia de fevereiro de 1911 este curso passou a ter três anos. Dado esse fato, apenas a primeira turma do Curso Geral formou-se em dois anos.

Para ingresso no Curso Geral, era necessário passar por uma seleção composta por provas de português, francês, alemão, inglês, matemática, história, geografia, estenografia e caligrafia.

As disciplinas do Curso Geral seguiam o modelo proposto pelo Decreto Federal nº. 1339, de 9 de outubro de 1905, ou seja: 1º ano – português, alemão, francês, aritmética, álgebra e geometria, escrituração mercantil e estenografia; 2º ano – alemão, inglês, física, química, história natural, merceologia, Contabilidade mercantil, noções de direito público e privado e legislação fiscal; 3º ano – alemão, Contabilidade, inglês e direito público.

O quadro de professores para o começo do Curso Geral reuniu profissionais que já possuíam experiência no ensino comercial em Porto Alegre. Como lente de português, foi designado o Professor Apelles Porto Alegre, proprietário do Collégio Rio-Grandense. Para lecionar francês, Frei Bernardino (Bruno de Beleveux), professor da Escola Mauá, e, ainda, para alemão, o Professor Othmar Krausneck. Aritmética, álgebra e geometria, o Professor Emílio Meyer e para estenografia, o Professor Joaquim Antonio Ribeiro (FORTINI, 1953).

A disciplina de escrituração mercantil, única disciplina contábil do primeiro ano do curso geral, estava a cargo do jovem Israel Torres Barcelos. Esse profissional formou-se na primeira turma de guarda-livros da Escola Mauá, onde atuou por diversos anos como professor e diretor.

Além dos professores Manoel André da Rocha e Francisco Rodolfo Simch, que já faziam parte do quadro da Faculdade de Direito, outros professores foram contratados: Joaquim Ribeiro, Santos Pardella, Alcibiades Silveira de Campos, Marques Pereira, Basil Sefton, Maurício Cardoso, Fernando Antunes, Oscar Germano Pedreira, Leon Back, Krausneck e Ivo Affonso Corseuil.

Provavelmente alguns desses professores tenham atuado, também, no ensino superior. Porém, esse fato não pôde ser comprovado.

Em 10 de dezembro de 1911, ocorreu a formatura da primeira turma do Curso Geral, composta por 16 formandos, sendo: Achyles Hamel, Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolpho Mariath, Álvaro Fernandes Ribeiro, Aníbal Porto Braga, Archimino Selistre de Campos, Aristides Casado, Edgar Luiz Schneider, Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, João Francisco Alvares, Oscar de Souza Neves, Rubem Germano Pedreira, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb (VIZENTINI, 1979).

O segundo curso se denominava Curso Superior e tinha a duração de dois anos. Como requisito para ingresso, exigia-se a conclusão do Curso Geral. No primeiro ano, eram apresentadas as disciplinas de geografia e história comercial, Contabilidade mercantil comparada, bancos, seguros, direito comercial (sociedades, falências, liquidações forçadas, direito cambial), inglês e alemão. Já no segundo ano, economia política, ciência das finanças, Contabilidade de Estado, estatística comercial, noções de direito internacional, diplomacia e correspondência diplomática, legislação comercial, matemática superior aplicada ao comércio, direito comercial (direito marítimo e seguros), italiano e espanhol.

Em 18 de novembro de 1913, formou-se a primeira turma do Curso Superior, composta por oito formandos, tendo como paraninfo o Professor Francisco Rodolfo Simch. Os formados eram: Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolpho Mariath, Aristides Casado, Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb.

Muito embora o Curso Geral não apresentasse grande quantidade de disciplinas associadas aos métodos contábeis, evidente se faz a sua relação à profissão contábil. Segundo Carrion (2000), este curso habilitava técnicos para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da fazenda.

O Curso Superior possuía formação com maior concentração de disciplinas contábeis e atuariais que, ainda conforme o mesmo autor, preparava profissionais com formação atuarial e contábil para atuarem em empresas privadas e órgãos públicos, bem como para cargos de agentes consulares e funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

A publicação do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, estabelecia que o ensino comercial seria dividido em três cursos de três anos cada, sendo um curso propedêutico: cursos técnicos de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador, e um curso superior de administração e finanças, além de obrigar os contadores e guarda-livros, práticos ou diplomados a se registrarem na Superintendência do Ensino Comercial.

O curso propedêutico era composto pelas disciplinas de português, francês, inglês, matemática, geografia, corografia do Brasil, história da civilização, história do Brasil, noções de física, química e história natural e caligrafia.

Os cursos técnicos apresentavam datilografia, mecanografia, estenografia, desenho, francês comercial, inglês, correspondência, geografia econômica, matemática comercial, matemática financeira, cálculo atuarial, estatística, economia e finanças, seminário econômico, direito constitucional e civil, direito comercial, prática do processo civil e comercial, legislação fiscal, legislação de seguros, Contabilidade (noções preliminares), Contabilidade mercantil, Contabilidade industrial e agrícola, Contabilidade bancária, merceologia e tecnologia merceológica, técnica comercial e processos de propaganda, história do comércio, indústria e agricultura e organização de escritórios.

Já o curso superior de administração e finanças oferecia as disciplinas de matemática financeira, geografia econômica, economia política, finanças e economia bancária, história econômica da América e fontes da riqueza nacional, direito constitucional e civil, direito internacional comercial, direito administrativo, direito industrial e operário, direito público internacional,

política comercial e regime aduaneiro comparado, legislação consular, ciência da administração, Contabilidade de transportes, Contabilidade pública, psicologia lógica e ética e sociologia.

Em 1945, duas alterações são verificadas na estrutura da instituição. A primeira refere-se ao Decreto Estadual nº 789, de 11 de maio, o qual desvincula a Escola de Comércio da Faculdade de Direito, criando a Faculdade de Economia e Administração (URGS, 1978).

A segunda alteração na instituição é motivada pela publicação do Decreto Federal nº 7.988, que cria o curso de Ciências Contábeis e Atuariais e o de Ciências Econômicas.

De acordo com esse decreto, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais tinha a duração de quatro anos, com as seguintes disciplinas: 1ª série – análise matemática, estatística geral e aplicada, Contabilidade geral, ciência da administração, economia política; 2ª série – matemática financeira, ciência das finanças, estatística demográfica, organização e Contabilidade industrial e agrícola, instituição de direito público; 3ª série – matemática atuarial, organização e Contabilidade bancária, finanças das empresas, técnica comercial, instituições de direito civil e comercial, 4ª série – organização e Contabilidade de seguros, Contabilidade pública, revisões e perícia contábil, instituições de direito social, legislação tributária e fiscal, prática de processo civil e comercial.

Além do ensino superior, o curso técnico em Contabilidade também é criado, deixando de existir o curso de contador, que havia substituído o de guarda-livros.

Em 1949, formou-se a primeira turma de bacharéis em Ciências Contábeis, formada por Angelo Caldonazzi Silva, Eduardo Maria Bica, Jatyr José Rossi Corrêa da Silva, Laerte Ramos Vieira, Theobaldo Bobsin e Vinicius Antonio Maineri.

Em 1950, já com o curso de Ciências Contábeis implantado, ocorre uma nova mudança institucional. A Faculdade, que havia surgido de forma

independente e anexada à Faculdade de Direito, posteriormente repassada ao Governo Estadual, passa, neste momento, a compor o Sistema Federal de Ensino Superior.

Essa mudança proporciona um grande crescimento, consolidando o ensino contábil público e gratuito no Rio Grande do Sul. Ao longo de sua história, a UFRGS abrigou em suas instalações docentes e discentes de renome nacional e internacional da Contabilidade. Sua formação profissional e intelectual torna-se referência, e seus professores lideraram por décadas as publicações no Brasil.

4.2 INSTITUTO RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE

Em 1931, foi publicado, no Brasil, o Decreto nº 20.158, de 30 de junho. Esse decreto, além de regular o ensino comercial, apresentava, em seu título III, diretrizes para a prática profissional da Contabilidade e a exigibilidade de registro dos profissionais na Superintendência do Ensino Comercial. Essa legislação reconhece os profissionais formados em cursos regulares e aqueles práticos, desde que avaliados por uma comissão.

Após, o Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, determinou que nenhum livro ou documento de Contabilidade previsto pelo Código Comercial, pela Lei de Falências e por quaisquer outras leis teria efeito jurídico ou administrativo se não estivesse assinado por atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros devidamente registrados na Superintendência do Ensino Comercial.

Esses dois decretos representam a evolução profissional contábil promovida nas décadas de 30 e 40 do século passado, que teve como um dos seus destaques o Patrono da Contabilidade Brasileira, Professor João de Lyra Tavares, que, em 1926, defendeu a criação do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros.

Neste cenário emerge uma das mais emblemáticas associações profissionais do Estado. O Instituto Rio Grandense de Contabilidade, fundado em 14

de janeiro de 1933 para congregar guarda-livros, contadores, diplomados ou provisionados, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Na cerimônia de sua inauguração, reuniram-se diversas autoridades, como o Interventor Federal no Estado, Sr. Flores da Cunha, e o Prefeito de Porto Alegre, Major Alberto Bins.

O Instituto, inicialmente, pretendia tornar-se um sindicato. Mas, devido às limitações legais, pela já existência de um sindicato da mesma classe profissional na mesma região, sua diretoria decidiu realizar uma fusão com o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre (entidade ainda em atividade). Os sócios de qualquer uma das instituições podiam usufruir dos benefícios de ambos.

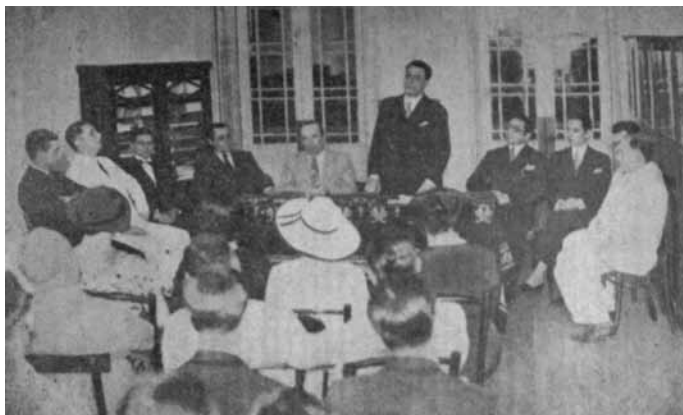
A imagem a seguir apresenta a primeira diretoria do Instituto, sendo composta pelos seguintes senhores, da esquerda para a direita: sentados, Carlos Carneiro da Cunha, João Ribeiro da Cunha, Heitor Braga, Affonso Sanmartin, Sandro Ribeiro e Florentino Nems; em pé, Guido Mondin, Oriovaldo Krug, Henrique Desjardins e Antonio Martins.



Primeira Diretoria do Instituto Rio Grandense de Contabilidade

Fonte: *Revista Rio Grandense de Contabilidade* (1935).

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi inspirado no Instituto de Contabilidade do Estado de São Paulo e, além disso, possuía boas relações com este. Em 4 de janeiro de 1935, o Sr. Francisco D'Áuria, presidente do instituto paulista, professor e pesquisador de renome internacional, fez uma visita à associação gaúcha, onde, além de realizar uma conferência, participou de um churrasco acompanhado de sua esposa.



Conferência do Prof. Francisco D'Áuria no IRGC

Fonte: *Revista Rio Grandense de Contabilidade* (1935).

Para divulgar seus atos e colaborar na informação e formação de seus associados, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade editava a *Revista Rio Grandense de Contabilidade*. Essa revista representou a primeira publicação gaúcha dedicada exclusivamente à Contabilidade, sendo que o primeiro volume foi editado em outubro de 1934. Sua última publicação foi a de número 255, em novembro de 1955, tendo sido impressa por mais de vinte anos.

Os autores da revista assim a identificavam:

Seus objectivos, sua orientação e seu programma estão subordinados às disposições estatutárias do Instituto Rio Grandense de Contabilidade.

Corporação de classe, creada hontem e que já congrega um grande numero de profissionaes no exercicio de suas actividades em todo o território do nosso Estado, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade tem por finalidade maxima approximar, reunir e irmanar toda a familia contabil rio grandense, na mais perfeita identidade de aspirações e na mais intima communhão de interesses econômicos, sociaes e culturaes.

Esta é a syntese dos objectivos do Instituto Rio Grandense de Contabilidade e, tambem, a das finalidades desta revista.

**REVISTA
RIO GRANDENSE
DE CONTABILIDADE**

Outubro de 1934
Anno I - Num. I

*Organ official do
Instituto Rio Grandense
de Contabilidade*

Nossa Revista

Trazem, de regra, as publicações novas, em seu primeiro numero, um artigo de apresentação.

Esse velho habito se conforma á necessidade de tornar publicos os objectivos que a nova orgão de publicidade procura realizar, a sua orientação doutrinaria e o seu programma de acção.

Tudo isto é perfeitamente disposavel, em se tratando desta Revista.

Seus objectivos, sua orientação e seu programma estão subordinados ás disposições estatutarias do Instituto Rio Grandense de Contabilidade.

Corporação de classe, creada hontem e que já congrega um grande numero de profissionaes no exercicio de suas actividades em todo o territorio do nosso Estado, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade tem por finalidade maxima approximar, reunir e irmanar toda a familia contabil rio grandense, na mais perfeita identidade de aspirações e na mais intima communhão de interesses economicos, sociaes e culturaes.

Esta é a syntese dos objectivos do Instituto Rio Grandense de Contabilidade e, tambem, a das finalidades desta Revista.

Ella aproximará os profissionaes contabeis do Rio Grande do Sul, promovendo o reconhecimento reciproco indispensavel á formação de um movimento de engajamento em torno dos superiores interesses da classe.

Ella reunirá os profissionaes contabeis do Rio Grande do Sul, ligados pelos laços do mutuo respeito e da assistencia reciproca, na disputa de franquias que lhes assegurem uma maior confiança nos dias que hão de vir.

Ella irmanará os profissionaes contabeis do Rio Grande do Sul, na luta pela causa santa das reivindicaciones moraes e das reconquistas culturaes de uma classe que, si já é grande, quer ser maior, e que, si já é elhada com interesse, quer que o seja com admiração e respeito.

As paginas desta Revista, sempre franqueadas aos profissionaes de boa vontade, devem ser a tribuna, onde todos venham exercitar a nobilitante defesa dos legitimos interesses moraes e materiaes da classe. Essas paginas devem ser, finalmente, as columnas e postos de doutrinação elevada e constante da sciencia contabil.

Para tanto apenas é necessario que a nossa Revista seja o centro de convergencia das atencões e do carinho da nossa classe.

Antecipemos, pois, todos nós, essa victoria esplendida, que será mais uma significativa conquista dos contabilistas rio grandenses.

O desejo do Professor João de Lyra Tavares de regular a profissão contábil realizou-se anos após seu falecimento, ocorrido em 1930. Em 27 de maio de 1946, foi publicado o Decreto-Lei nº 9.295, criando o Conselho Federal de Contabilidade, definindo as atribuições do Contador e do Guarda-Livros, além de dar outras providências, representando a maior alteração na regulamentação profissional contábil brasileira.

Em 1947, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi extinto, dando lugar ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS). O Presidente desta instituição, nessa época, Sr. Henrique Desjardins, foi registrado neste novo Conselho com o número 1.

Dadas a extinção do Instituto e a abertura do CRCRS, a *Revista Rio Grandense de Contabilidade* passa a ser a publicação oficial deste Conselho, que, ao longo de sua história, disponibilizou artigos assinados por professores como Cibilis da Rocha Viana, Antonio Lopes de Sá, Jorge Prates Aveline e, principalmente, Henrique Desjardins.

Com o término da publicação da *Revista Rio Grandense de Contabilidade*, o CRCRS passaria a editar outra revista em julho de 1972.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apresentação desta obra, faz-se um questionamento sobre a existência ou não de uma história contábil relevante no Rio Grande do Sul.

Inegavelmente, agora, pode-se responder com bastante propriedade a essa pergunta. Não restam dúvidas de que os profissionais e as entidades do Estado contribuíram para moldar a identidade regional e nacional da Contabilidade. Como explicitado, a origem de tudo está na organização da sociedade como um todo, fortalecendo a compreensão da natureza social desta Ciência.

Desde o povoamento e a militarização destas terras, o controle contábil surge como uma ferramenta da gestão pública, principalmente para fins de arrecadação de tributos para a Coroa Portuguesa. Com a evolução do comércio e sua regulamentação, a Contabilidade passa a representar uma ferramenta indispensável para a vida cotidiana das casas comerciais.

Essa forte relação com o comércio inseriu os primeiros profissionais contábeis nas instituições que buscam a representação da classe comercial, promovendo, além dessa representação, a busca pela sua qualificação e valorização.

Foi nessas entidades que a elaboração da Contabilidade e o seu ensino encontraram fomento para crescer e se consolidar, como fica evidente ao se descrever o importante papel desempenhado pelo Club Caixeiral Porto-Alegrense, pelo Club de Guarda-Livros de Porto Alegre e pela Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre.

O desenvolvimento e a consolidação da Contabilidade no Rio Grande do Sul passam, também, pelos locais destinados à formação profissional, em que emergem como destaque a Escola Mauá e a Escola de Comércio de Porto Alegre.

Na busca por retratar a origem e a evolução da Contabilidade gaúcha, deparou-se, como já mencionado, com a falta de preservação da cultura e da memória, as quais, se preservadas, poderiam permitir que várias outras entidades e personalidades estivessem presentes nesse trabalho.

Por outro lado, os autores entendem que esta publicação representa uma grande vitória, pois, mesmo com as dificuldades na realização da pesquisa, foi possível recuperar e retratar fatos e personagens responsáveis pela origem da atividade e do ensino contábil no Rio Grande do Sul, legado que fatalmente, ao longo dos anos próximos, se perderia ou, pelo menos, ficaria ainda mais difícil de identificar.

Obras desta natureza são muito escassas. Por isso, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul merece todo o reconhecimento público por acreditar e investir em uma publicação de caráter histórico. Sem o apoio das entidades representativas da classe contábil, não seria possível desenvolver um trabalho sério e comprometido.

6 REFERÊNCIAS

A REFORMA. **Anúncio Collégio Emulação**. Porto Alegre, 04 de janeiro de 1870.

A REFORMA. **Anúncio de Emprego para Guarda-Livros**. Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1894.

AEC - ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. **Estatuto da Associação dos Empregados no Comércio de Pôrto Alegre**. Porto Alegre, 1950.

AEC - ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. **Poliantéia Comemorativa do 50º Aniversário de Fundação da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1949.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: o empresário do império**. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

CARRION, Otilia Beatriz Kroeff. De Escola de Comércio a Faculdade de Ciências Econômicas. In: _____; *et al.* **O Ensino da Economia na UFRGS**. p. 15-26. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CORREIO DO POVO. **Formatura Escola Mauá**. Porto Alegre, 31 de dezembro de 1901.

FORTINI, Archymedes. **Subsídios para a História do Ensino Comercial em Pôrto Alegre**: contribuição prestada pelas Escolas Mauá e de Comércio e pela Faculdade de Ciências Econômicas da U.R.G.S. Porto Alegre: 1953.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu Comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GENEALOGIA DA FAMÍLIA MARTINS COSTA. Disponível em: <<http://www.martinscosta.org/pgv/individual.php?pid=I288>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. Guarda-Livros, Contabilista e TOC. **Revista Eletrônica INFOCONTAB**. n. 8. Lisboa: abril, 2006.

JORNAL DO COMMERCIO. **Collégio Rio-Grandense**. Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1894.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LOPES DE SÁ, Antonio. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

O ATHLETA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 10 de junho de 1894.

O ATHLETA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 17 de junho de 1894.

O ATHLETA. **Conferência**. Porto Alegre, 03 de janeiro de 1886.

O ATHLETA. **Estatutos do Club**. Porto Alegre, 08 de outubro de 1899.

O ATHLETA. **Funções do Club**. Porto Alegre, 1º de novembro de 1891.

O ATHLETA. **Oferta de Aulas**. Porto Alegre, 02 de julho de 1893.

O ATHLETA. **Pouco Curso Commercial**. Porto Alegre, 04 de fevereiro de 1894.

PELEIAS, Ivam Ricardo; *et al.* Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**. Edição 30 anos de doutorado, p.19-32. São Paulo: USP, 2007.

PINHEIRO, Júlio Cesar da Paz; PINHEIRO, Ana Virginia. Sebastião Ferreira Soares: um contador no império. **Revista Brasileira de Contabilidade**. v. 27, n.112, p.28-43. Brasília: 1998.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1980.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. **Vultos da Estatística Brasileira:** Sebastião Ferreira Soares. v. 6, n. 23, p. 419-424. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v. 1, n. 12. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1935.

SOCIEDADE ESPÍRITA ALLAN KARDEC. **Documentos de Joaquim Xavier Carneiro.** Porto Alegre. Acesso em: 02 abr. 2010.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - URG. **Uma Fase em Sua História:** 1952-1964. Porto Alegre: URG, 1978.

VALLE, Ruth do. **Faculdade de Ciências Econômicas:** sua história, sua estrutura funcional, seus docentes, seus egressos no ano de seu 65º aniversário. Porto Alegre: 1974.

VIANA, Cibilis da Rocha. **A Dinâmica do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio:** 1909-1979. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

XAVIER, Maria Luiza Merino. **Os Incluídos na Escola:** o disciplinamento nos processos emancipatórios. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OS AUTORES:

Marco Aurélio Gomes Barbosa

Bacharel em Ciências Contábeis pela FURG.

Especialista em Auditoria e Perícia Contábil pela UCPEL.

Mestre em Ciências Contábeis pela UNISINOS.

Doutorando em Ciências Contábeis pela UNISINOS.

Professor do curso de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis da FURG.

Ernani Ott

Bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis pela UNISINOS.

Especialista em Contabilidade pela UNISINOS.

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Deusto, Espanha.

Pesquisador e Professor nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Ciências Contábeis da UNISINOS.